



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

**MARÇO/2010**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

**DPF – Departamento de Polícia Federal**

**IN – Instrução Normativa**

**IPL – Inquérito Policial**

**LOA – Lei Orçamentária Anual**

**PAC – Programa de Aceleração do Crescimento**

**PIB – Produto Interno Bruto**

**Port. – Portaria**

**PPA – Plano Plurianual**

**SR – Superintendência Regional**

**RG – Relatório de Gestão**

**SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais**

**SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**

**SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos**

**SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento**

**TCU – Tribunal de Contas da União**

**UG – Unidade Gestora**

**UO – Unidade Orçamentária**

**UJ – Unidade Jurisdicionada**

## **LISTA DE TABELAS, RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.**

| <b><u>Título</u></b>   | <b><u>Página</u></b> |
|--|----------------------|
| Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada .....  | 9                    |
| Quadro 5 - Dados Gerais da Ação 2679 .....   | 16                   |
| Quadro 7 - Dados Gerais da Ação 2720 .....   | 18                   |
| Quadro 8 - Dados Gerais da Ação 2726 .....   | 19                   |
| Quadro 9 - Dados Gerais da Ação 4572 .....   | 22                   |
| Quadro 11 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações.....           | 23                   |
| Quadro 12 - Dados Gerais da Ação 8980 .....  | 23                   |
| Quadro 13 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI..... | 25                   |
| Quadro 14 - Dados Gerais da Ação 8375 .....  | 25                   |
| Quadro 15 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo .....                                  | 26                   |
| Quadro 16 - Dados Gerais da Ação 2000 .....  | 27                   |
| Quadro 17 - Despesas por Modalidade de Contratação .....   | 29                   |
| Quadro 18 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa .....                             | 30                   |
| Quadro 19 - Evolução de Gastos Gerais .....  | 31                   |
| Quadro 20 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa .....                               | 32                   |
| Quadro 21 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....                  | 34                   |
| Quadro 22 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade .....                 | 36                   |
| Quadro 23 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009.....               | 38                   |
| Quadro 24 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 .....    | 38                   |
| Quadro 25 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009.....                                 | 42                   |
| Quadro 26 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências.....                            | 48                   |
| Quadro 27 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU .....                               | 50                   |
| Quadro 28 - Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios .....                     | 50                   |
| Quadro 29 - Declaração d Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.....                   | 50                   |

## Sumário

|   |    |
|---|----|
| Introdução .....  | 7  |
| 1 – Informações Gerais de Identificação.....  | 8  |
| 2 – Objetivos e Metas.....  | 11 |
| 2.1 – Responsabilidades Institucionais.....   | 11 |
| 2.1.2 – Objetivos Estratégicos.....   | 12 |
| 2.2 – Estratégia de Atuação .....   | 12 |
| 2.3 - Gestão orçamentária e financeira.....   | 15 |
| 2.3.1 – Programas/Ações .....   | 15 |
| 2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade .....   | 16 |
| 2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos..... | 16 |
| 2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública .....  | 18 |
| 2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União.....          | 19 |
| 2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação .....      | 22 |
| 2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal.....  | 23 |
| 2.3.1.2.1 – Ação 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal.....                          | 23 |
| 2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.....                                       | 25 |
| 2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.....   | 25 |
| 2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo.....   | 26 |
| 2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade .....  | 27 |
| 2.4 – Desempenho Operacional.....   | 29 |
| 2.4.1 – Evolução das despesas .....   | 29 |
| 2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação .....  | 29 |
| 2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa .....  | 30 |
| 2.4.1.4 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa .....   | 32 |
| 2.4.1.5 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....   | 34 |

|   |    |
|---|----|
| 2.4.1.6 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade .....  | 36 |
| 2.4.2 – Indicadores de desempenho .....   | 37 |
| 2.4.3 – Análise do desempenho .....   | 37 |
| 3 - Recursos Humanos .....  | 38 |
| 4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos .....  | 41 |
| 5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009 .....   | 42 |
| 6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneros ..... | 43 |
| 7 – Previdência Complementar Patrocinada .....  | 44 |
| 8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos .....                                       | 45 |
| 9 – Renúncia Tributária.....  | 46 |
| 10 – Operações de Fundo.....  | 47 |
| 11 – Determinações dos Órgãos de Controle.....  | 48 |
| 11.1 – Recomendações da CGU .....   | 48 |
| 11.2 - Determinações e Recomendações do TCU .....   | 50 |
| 12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009 ...                             | 52 |
| 13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios .....   | 53 |
| 14 – Outras Considerações.....  | 54 |
| 15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada .....   | 55 |

## Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo no ano de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma seqüencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no estado do Espírito Santo tem sua organização constituída em 04 (quatro) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência e por 03 (três) Delegacias de Polícia Federal em Cachoeiro do Itapemirim, São Mateus e uma Delegacia de Polícia Marítima – DEPOM, localizada no Porto de Vitória.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, 09 (nove) Delegacias Especializadas:

- Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, **subordinadas a Delegacia Regional Executiva;**

- Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, **subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado);**

- Além de 07 (sete) Setores (Núcleo Operacional, Setor de Comunicação Social, Setor de Tecnologia da Informação, Setor de Inteligência Policial, Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial).

Conforme dados divulgados no site do governo do estado ([WWW.es.gov.br](http://WWW.es.gov.br)), o Estado do Espírito Santo ocupa porção estratégica do ponto de vista econômico no território nacional; faz divisa com os Estados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro; em 2007 apresentou a 4ª maior renda per capita entre as Unidades da Federação (R\$18.003,00), ultrapassando Santa Catarina e sendo superado, apenas, pelo Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro. Os portos capixabas são responsáveis por 9,13% de todo o valor exportado pelo país e 4,95% de todo o valor importado, sendo o segundo maior complexo exportador em valor e o sétimo maior importador, do Brasil. A **BR-262** que parte de Vitória, alcançando Mato Grosso do Sul, constituindo-se na principal via rodoviária de escoamento do Corredor de Transporte Centro Leste de Exportação e Importação formado pela integração de portos capixabas com rodovias e ferrovias, principalmente com a estrada de ferro Vitória-Minas, com o objetivo de exportar parte da produção agrícola e industrial dos estados consorciados do corredor, a maioria sem litoral (MG, GO, DF, TO, MS e MT).

Segundo o Governo Estadual, nos últimos anos, o Espírito Santo foi destaque na produção de petróleo e gás natural no Brasil. Com as descobertas realizadas, principalmente pela Petrobras, o Estado saiu da 5ª posição no ranking brasileiro de reservas, em 2002, para se tornar a segunda maior província petrolífera do País. Com isso a indústria de petróleo no Espírito Santo tem gerado um volume grande de recursos oriundos do pagamento de royalties relativos à exploração de petróleo e gás natural aos municípios nos quais estão localizados os campos produtores e as instalações das empresas.

Como pode ser acima constatado, a Superintendência Regional da Polícia Federal no estado do Espírito Santo está inserida numa unidade da federação de grandeza econômica e estratégica que não deve ser olhada, tão-somente, por sua dimensão territorial.

Hoje o estado do Espírito Santo detém índices notáveis, colocando-o na vanguarda do cenário nacional.

Como meta prioritária, considerando que em 2010 será um ano eleitoral, será a estratégia de atuação desta Superintendência, na área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público. Também serão prioritárias as operações de combate ao tráfico de entorpecentes e crimes financeiros.



# 1 – Informações Gerais de Identificação

## Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

| Poder e Órgão de vinculação   |                           |                        |                      |
|---|---------------------------|------------------------|----------------------|
| Poder: Executivo  |                           |                        |                      |
| Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça  |                           | Código SIORG: 316      |                      |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora  |                           |                        |                      |
| Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado Espírito Santo                             |                           |                        |                      |
| Denominação abreviada: Polícia Federal no Espírito Santo  |                           |                        |                      |
| Código SIORG: 000324  | Código LOA: Não se aplica |                        | Código SIAFI: 200352 |
| Situação: Ativa   |                           |                        |                      |
| Natureza Jurídica: Órgão Público  |                           |                        |                      |
| Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública  |                           | Código CNAE: 8424-8/00 |                      |
| Telefones/Fax de contato:   | (27) 3331-8001            | (27) 33318002          | (27)33318030         |
| Endereço eletrônico: gab.sres@ <a href="mailto:gab.sres@dpf.gov.br">dpf.gov.br</a>                                      |                           |                        |                      |
| Página da Internet: <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>   |                           |                        |                      |
| Endereço Postal: Rua Vale do Rio Doce, nº01, São Torquato, Vila Velha/ES  |                           |                        |                      |
| Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada  |                           |                        |                      |
| Número de Ordem: 01   |                           |                        |                      |
| Denominação completa: Fundo de Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – Espírito Santo |                           |                        |                      |
| Denominação abreviada: FUNAPOL – ES   |                           |                        |                      |
| Código SIORG: Não se aplica   | Código LOA: Não se aplica |                        | Código SIAFI: 200353 |
| Situação: Ativa   |                           |                        |                      |
| Natureza Jurídica: Órgão Público  |                           |                        |                      |
| Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública  |                           | Código CNAE: 8424-8/00 |                      |
| Telefones/Fax de contato:   | (27) 3331-8001            | (27) 33318002          | (27)33318030         |
| Endereço eletrônico: gab.sres@ <a href="mailto:gab.sres@dpf.gov.br">dpf.gov.br</a>                                      |                           |                        |                      |
| Página da Internet: <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>   |                           |                        |                      |
| Endereço Postal: Rua Vale do Rio Doce, nº01, São Torquato, Vila Velha/ES  |                           |                        |                      |
| Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas   |                           |                        |                      |
| Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas  |                           |                        |                      |

- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.  
SR/DPF/ES: Criada como Sub-Delegacia Regional pela Port. 193, de 29/04/65, BS. 082, 05/05/65.  
Transformada em Divisão pelo Dec. 70.665, de 02/06/72, DOU. 104, de 05/06/72. Elevada para  
Superintendência Regional pela Port. 039/75, BS. 052/75.

**FUNAPOL:** - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.

#### **Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas**

- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.  
- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.  
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.  
- PORTARIA Nº 318/2005 – DG/DPF, de 09 de agosto de 2005, que ativa a Delegacia de Polícia Federal no município de São Mateus, Estado do Espírito Santo.  
PORTARIA Nº 683/00-DG/DPF, de 30 de julho de 2000, que dispõe sobre a instalação da Delegacia de Polícia Federal no município de Cachoeiro do Itapemirim/ Estado do Espírito Santo  
PORTARIA Nº 1.470-MJ/DPF, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a instalação da Delegacia Especial de Polícia Marítima do DPF, no município de Vitória/ Estado do Espírito Santo

#### **Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas**

## 2 – Objetivos e Metas

### 2.1 – Responsabilidades Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras ( Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência Regional no Estado do Espírito Santo exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

## 2.1.2 – Objetivos Estratégicos

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantirem a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Tendo como norte as diretrizes da direção-geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a superintendência regional no espírito santo atuou mais notadamente em cumprir as diretrizes emanadas do órgão central, com destaque especial para o combate ao crime organizado, o tráfico ilícito de entorpecentes, corrupção.

## 2.2 – Estratégia de Atuação

**Seguem as estratégias adotadas a fim de atender os objetivos estratégicos da SR/ES em consonância com os objetivos estratégicos do DPF:**

### **Melhoria da Gestão**

- Implementação do Gabinete de Gestão Integrada entre Superintendente/DREX/DRCOR/COR (desburocratização; otimização de recursos humanos e materiais; solução rápida das demandas; e uniformização e coerência das decisões);
- Implementação do Gabinete de Gestão Participativa, órgão consultivo, que conta com representantes das categorias de policiais e administrativos, visando a discussão de questões de interesse comum na Superintendência;
- Implementação do plano de redução de gastos visando otimização dos recursos e adequação a dotação orçamentária na ordem de seiscentos mil reais para o exercício de 2010;
- Aquisição de equipamentos e softwares para melhoria das atividades administrativa e policial;
- Pesquisa de satisfação realizada junto ao público pelo setor de emissão de passaporte;
- Transparência na divulgação dos gastos por meio do portal (intranet);
- Acordo de cooperação técnica com outros órgãos/entidades para fins de acesso a banco de dados.

### **Combate a Corrupção:**

- Participação desta Superintendência na criação da Rede de Controle, formado pelo TCU, CGU, AGU, RFB, PF e MPF (núcleo duro), bem como por outros órgãos que possam colaborar na detecção de fraudes, desvios de verbas e corrupções que envolvam a União, para fins de atuação preventiva, repressiva (operações em conjunto) e ainda tentar recuperar o dano ao erário.

#### **Melhoria na qualidade da prova:**

- Atendendo orientação da Direção Geral, e com base na melhoria da robustez das provas, a maioria das prisões cautelares representadas pela Polícia Federal e concedidas pela Justiça são na modalidade PREVENTIVA, ao invés da PRISÃO TEMPORÁRIA.

| <b>DISCRIMINAÇÃO</b>                    | <b>2008</b> | <b>2009</b> |
|---|-------------|-------------|
| MANDADOS DE PRISÃO TEMPORÁRIA CUMPRIDOS | 93          | 24          |
| MANDADOS DE PRISÃO PREVENTIVA CUMPRIDOS | 13          | 94          |

#### **Melhoria nas atividades de Polícia Judiciária:**

- O Espírito Santo ficou em 1º lugar em 2009, levando-se em conta a relação de IPL instaurados e relatados, conforme quadro abaixo dos 05 (cinco) primeiros Estados.

| <b>IPL's POLICIAIS/PERCENTAGENS – ANO 2009 (Até 25/06) - Decrescente</b> |                    |                  |                  |                 |
|--|--------------------|------------------|------------------|-----------------|
| <b>SR's</b>  | <b>INSTAURADOS</b> | <b>RELATADOS</b> | <b>ANDAMENTO</b> | <b>Rel/Inst</b> |
| <b>ES</b>  | <b>570</b>         | <b>810</b>       | <b>2.302</b>     | <b>142%</b>     |
| GO   | 837                | 1.004            | 3.206            | 120%            |
| RS   | 2.036              | 2.366            | 5.361            | 116%            |
| SE   | 235                | 177              | 721              | 113%            |
| MG   | 3.522              | 1.005            | 13.794           | 111%            |

**Fonte: DICOR/CGCOR/COGER**

#### **Aprimoramento na relação interpessoal e qualidade funcional dos servidores:**

- Promoção da semana da saúde
- Instituição da ginástica laboral
- Disponibilização de sessão de filme no auditório no intervalo do Almoço
- Fomento a prática esportiva institucional



### 2.3 - Gestão orçamentária e financeira

**Quadro 2- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade**

| <b>Denominação das Unidades Orçamentárias</b>   | <b>Código da UO</b> | <b>Código SIAFI da UGO</b> |
|---|---------------------|----------------------------|
| <b>DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL</b>  | <b>30108</b>        | <b>200336</b>              |
| <b>FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES - FIM DA POLÍCIA FEDERAL – FUNAPOL</b> | <b>30909</b>        | <b>200337</b>              |

#### 2.3.1 – Programas/Ações

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional do Espírito Santo, também, executou recursos do programa de Modernização da Polícia Federal, na ação referente à construção de Unidades do DPF, com a reforma da Delegacia de Polícia Federal na cidade de São Mateus e adequação do terreno cedido pelo ICRA para abrigar veículos apreendidos.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência, também, executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento.

### 2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

**Quadro 3- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações**

|   |   |  |
|---|---|--|
| Tipo de programa                          | Finalístico   |  |
| Objetivo Geral                            | Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça  |  |
| Objetivos Específicos                     | Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União          |  |
| Gerente de Programa                       | Não informado   |  |
| Responsável pelo Programa no âmbito da UJ | Sérgio Barboza Menezes  |  |
| Indicador(es) para avaliação do programa  | Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal<br>Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal |  |
| Público-alvo (beneficiários)              | Sociedade   |  |
| <b>Código</b>                             | <b>Tipo<sup>1</sup></b>   | <b>Descrição da Ação</b>   |
| 2679                                      | A   | Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos |
| 2720                                      | A   | Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública   |
| 2726                                      | A   | Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União          |
| 4572                                      | A   | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação       |

Fonte: SIGPLAN

#### 2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

**Quadro 5 - Dados Gerais da Ação 2679**

|              |   |
|--------------|---|
| Tipo de Ação | Atividade   |
| Finalidade   | Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.   |
| Descrição    | Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções. |

<sup>1</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial



|   |  |
|---|--|
| Unidade Responsável pelas decisões estratégicas | Divisão de Controle de Produtos Químicos |
| Coordenador nacional da ação                    | José Alberto Maciel Costa                |
| Unidades executoras                             | 200353                                   |
| Produto (unidade de medida)                     | Documento Emitido (UNIDADE)              |

Fonte: SIGPLAN

| Projeto/Atividade   | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Valores Pagos | Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc |
|---|---------------------|---------------------|---------------|---|
| 2679 FISCALIZACAO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUCAO, TRANSPORTE E COMERCIO DE PRECURSORES QUIMICOS | 1.365.120,20        | 104.138,00          | 104.138,00    | 1.260.982,20                            |

Os valores acima se referem a processo de aquisição de viaturas técnicas adaptadas para funcionamento como laboratório móvel para serem utilizadas pelas delegacias de Repressão ao Tráfico de Entorpecentes a serem repassadas para cada unidade da federação, Distrito federal e delegacias especializadas. Tendo em vista a especificidade dos veículos adquiridos foi necessária equipagem interna e adequação elétrico-mecânica, ocasionando demora na entrega dos bens.

### *Considerações*

A ação executada nesta regional resultou no emprego dessas viaturas para atender a demanda operacional especializada.

A Delegacia de Repressão a Entorpecentes desta Superintendência, destacou-se no cenário nacional em razão da retirada de circulação de pasta base de cocaína, ficando em 2º lugar no volume de apreensão.

No campo da prevenção foram ministradas de dezenas de palestras e exposição de material didático que alcançou mais de 10.000 pessoas no Estado.

Durante todo o ano foram realizadas fiscalizações rotineiras nas empresas que se utilizam de alguma forma de produtos químicos controlados pela Polícia Federal.

### 2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

**Quadro 7 - Dados Gerais da Ação 2720**

|   |   |
|---|---|
| Tipo de Ação                                    | Atividade   |
| Finalidade                                      | Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.  |
| Descrição                                       | Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna. |
| Unidade Responsável pelas decisões estratégicas | Departamento de Polícia Federal   |
| Coordenador nacional da ação                    | Ademir Dias Cardoso Júnior  |
| Unidades executoras                             | 200353  |
| Produto (unidade de medida)                     | Ação realizada (UNIDADE)  |

Fonte: SIGPLAN

| Projeto/Atividade |  | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Valores Pagos | Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc |
|-------------------|--|---------------------|---------------------|---------------|---|
| 2720              | ACOES DE CARATER SIGILOSO NA AREA DE SEGURANCA PUBLICA | 279.882,95          | 279.882,95          | 279.882,95    |   |

#### **Considerações**

Na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução.

Tendo em vista a peculiaridade das ações sigilosas, estas se destinam a subsidiar as operações de inteligência principalmente nas áreas de combate ao tráfico de drogas, ao crime organizado e corrupção.

**2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União**

**Quadro 8 - Dados Gerais da Ação 2726**

|   |   |
|---|---|
| Tipo de Ação                                    | Atividade   |
| Finalidade                                      | Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional.<br>Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.   |
| Descrição                                       | Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros.<br>Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional.<br>Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. |
| Unidade Responsável pelas decisões estratégicas | Departamento de Polícia Federal   |
| Coordenador nacional da ação                    | Claudio Ferreira Gomes  |
| Unidades executoras                             | 200353  |
| Produto (unidade de medida)                     | Operação realizada (UNIDADE)  |

Fonte: SIGPLAN

| Projeto/Atividade |  | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Valores Pagos | Desp. Executada por Inscr. em RP Não-Proc |
|-------------------|--|---------------------|---------------------|---------------|---|
| 2726              | PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVICOS DE INTERESSES DA UNIAO | 1.572.391,59        | 1.559.159,44        | 1.559.159,44  | 13.232,15                                 |

Os valores acima descritos se referem a diárias policiais pagas no exercício e o valor de R\$ 13.232,15 foi inscrito em restos a pagar automaticamente pelo sistema e cancelado no início de 2010.

### **Considerações**

Na execução das ações, foram empreendidas várias operações, merecendo destaque:

| <b>OPERAÇÃO</b> | <b>LOCAL</b>                  | <b>SETOR</b>                  | <b>OBJETIVO</b>   | <b>RESULTADOS</b>   |
|-----------------|-------------------------------|-------------------------------|---|---|
| LIMALHA         | ES/MG/SP/P<br>R/PE/BA         | DELEPAT                       | Desbaratar quadrilha especializada em roubo de caminhões e carga, adulteração de chassis e falsificação de documentos | 39 MB<br>26 Preventivas<br>190 Policiais na deflagração<br>06 Estados<br>Apreensão:<br>23 caminhões<br>16 carros<br>03 motos<br>IPL: relatado (outros IPL's foram instaurados em razão da Operação) |
| CHOQUE          | ES/SP /PR                     | DELEPAT<br><br>e<br>SR/DPF/PR | Investigar quadrilha de Arrombadores de Caixas Eletrônicos  | Prisão em flagrante de 4 elementos e apreensão de 1 veículo e equipamentos utilizados para arrombar e dar o "choque" no caixa eletrônico e fazer a máquina ejetar o dinheiro                        |
| VIÚVA NEGRA     | ES                            | DELEPREV                      | Fraude na concessão de benefício de pensão  | 06 pessoas presas temporariamente e descoberta de novos casos de fraudes  |
| LUXÚRIA         | ES/RJ e<br>ITALIA             | DELINST                       | Tráfico Internacional de pessoas  | 02 mulheres foram presas (preventivamente), acusadas por tráfico internacional de seres humanos (mulheres)  |
| MEDIADOR 4      | ES/GO<br>ITALIA e<br>PORTUGAL | DELINST                       | Tráfico Internacional de pessoas  | MP PREVENTIVA: 06 no Brasil (04/ES e 02/RJ) e 02 na Italia  |
| CAPELO          | ES                            | DELEFAZ                       | Falsificação de diplomas e grampo ilegal  | 9 MP (1 preventiva) e 17 MB, sendo todas prisões cumpridas, sendo encontrado fardo material de escuta clandestina e diplomas falsos. 14 denunciados.  |
| DUTTY FREE      | ES                            | DELEFAZ                       | Corrupção de servidores da Alfândega de Vitória, falsidade, sonegação   | 18 Preventivas e 08 temporárias   |

|         |    |                  |                   |   |
|---------|----|------------------|-------------------|---|
| PRIMATA | ES | DRE              | Tráfico de drogas | 15 preventivas, mais 07 flagrantes, 06 armas, 03 carros, 03 motos, R\$ 22.000,00 e mais grande quantidade de droga apreendida durante toda a investigação (560 de maconha, 27 de haxixe, 16 de cocaína, 14 pessoas presas em flagrante). Participação de cerca de 150 policiais entre PF, PC e PM |
| MOSAICO | ES | DRE e DPF/SMT/ES | Tráfico de drogas | 21 presos preventivamente na cidade de Pinheiros, apreensão de 5 armas, 5 carros, R\$ 24.000,00 e drogas durante a investigação   |

**2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**

**Quadro 9 - Dados Gerais da Ação 4572**

|   |   |
|---|---|
| Tipo de Ação                                    | Atividade   |
| Finalidade                                      | Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.   |
| Descrição                                       | Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. |
| Unidade Responsável pelas decisões estratégicas | Departamento de Polícia Federal   |
| Coordenador nacional da ação                    | Laura Vilella Rosa Tacca  |
| Unidades executoras                             | 200353  |
| Produto (unidade de medida)                     | Servidor Capacitado (UNIDADE)   |

Fonte: SIGPLAN

| Projeto/Atividade   | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Valores Pagos | Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc |
|---|---------------------|---------------------|---------------|---|
| 4572 CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO | 4.637,00            | 3.441,00            | 2.843,00      | 1.196,00                                |

**Considerações**

Os valores acima se referem a um processo de pós-graduação a distancia para de servidor administrativo e participação de servidores na Semana de Administração Orçamentária e Financeira promovida pela ESAF anualmente, sendo que o valor inscrito em restos a pagar deve-se ao fato do curso de pós-graduação ainda estar em andamento, com término previsto par 2010.

Houve participação dos servidores em treinamentos afetos à área de inteligência, promovidos pela DIP e ANP, bem como promovemos curso para treinamento em Equipamentos Discretos (COIED-Curso de Operações de Inteligência e Equipamentos Discretos). Foram treinados 11 (onze) policiais sendo 09 (nove) da SR/ES, um de DPF/CIT e um da DPF/SMT, e ainda dois servidores policiais convidados da SR/MG. O curso durou 16 dias com operação simulada envolvendo a marinha do Brasil.

Treinamento em armamento e prática de tiro de forma contínua.

Participação de servidores em cursos e treinamentos realizados pelo DPF, tais como: treinamento em Produtos Químicos, segurança de dignitário, proteção a testemunhas, direção off-road, análise de investigação de crimes patrimoniais, planejamento operacional, gestão de pessoas

### 2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal tem por objetivo reestruturar o DPF, proporcionando condições operacionais para o exercício de suas atribuições constitucionais, conforme detalhado em quadro abaixo, devendo-se observar que as Ações especificadas se referem apenas àquelas executadas por esta Superintendência.

**Quadro 11 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações**

| Tipo de programa                         |                   | Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais  |
|--|-------------------|--|
| Objetivo Geral                           |                   | Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça                                     |
| Objetivos Específicos                    |                   | Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal. |
| Gerente de Programa                      |                   | Rogério Augusto Viana Galloro  |
| Responsável pelo Programa na UJ          |                   | Sérgio Barboza Menezes   |
| Indicador(es) para avaliação do programa |                   | Não há indicador   |
| Público-alvo (beneficiários)             |                   | Departamento de Polícia Federal  |
| Código                                   | Tipo <sup>2</sup> | Descrição da Ação  |
| 8980                                     | A                 | Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal  |

Fonte: SIGPLAN

#### 2.3.1.2.1 – Ação 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal

**Quadro 12 - Dados Gerais da Ação 8980**

|   |   |
|---|---|
| Tipo de Ação                                    | Atividade   |
| Finalidade                                      | Dotar a Polícia Federal da infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.  |
| Descrição                                       | Construção e ampliação de bases operacionais, da Academia Nacional de Polícia e das demais unidades do Departamento de Polícia Federal, visando à melhoria da instituição e do desempenho de suas atividades policiais e de formação policial, bem como a redução de custos operacionais, a fim de atender à crescente demanda da sociedade em relação à Segurança Pública. |
| Unidade Responsável pelas decisões estratégicas | Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL  |
| Coordenador nacional da ação                    | Renato José Lazary da Fonseca   |
| Unidades executoras                             | 200353  |
| Produto (unidade de medida)                     | UNIDADE CONSTRUÍDA (% de execução física)   |

Fonte: SIGPLAN

| Programa | Projeto/Atividade   | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Valores Pagos | Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc |
|----------|---|---------------------|---------------------|---------------|---|
| 8980     | CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL | 74.634,90           |                     |               | 74.634,90                               |

<sup>2</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

### *Considerações*

Foram feitas obras de reforma nas instalações da Delegacia de Polícia Federal de São Mateus visando melhor adequar às instalações daquela descentralizada para adequada prestação de serviço a Sociedade, bem como prover estrutura adequada para que os servidores possam exercer suas atividades de forma adequada.

Foi contratada uma empresa para serviço de adequação do terreno cedido pela VALE para depositar veículos apreendidos que aguardam destinação judicial, tendo em vista a superlotação do pátio da Superintendência Regional que ocasiona transtornos ao cotidiano dos trabalhos policiais, pois ocupam a área destinada às viaturas Policiais e aos servidores do órgão.

As despesas acima não tiveram que ser inscritas em restos a pagar uma vez que os empenhos e conseqüente execução das obras ocorreram em outubro (adequação do terreno) e dezembro (Reforma da delegacia), não sendo possível a conclusão do serviço dentro do exercício de 2009.



### 2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

**Quadro 13 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI**

|  |   |
|--|---|
| Tipo de programa                         | Finalístico   |
| Objetivo Geral                           | Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça  |
| Objetivos Específicos                    | Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.  |
| Gerente de Programa                      | Ronaldo Teixeira da Silva   |
| Responsável pelo Programa na UJ          | Sérgio Barboza Menezes  |
| Indicador(es) para avaliação do programa | Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)   |
| Público-alvo (beneficiários)             | Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social. |

Fonte: SIGPLAN

#### 2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

**Quadro 14 - Dados Gerais da Ação 8375**

|   |  |
|---|--|
| Tipo de Ação                                    | Atividade  |
| Finalidade                                      | Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.   |
| Descrição                                       | Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas. |
| Unidade Responsável pelas decisões estratégicas | Ministério da Justiça  |
| Coordenador nacional da ação                    | Cristina Gross Villanova   |
| Unidades executoras                             | 200352   |
| Produto (unidade de medida)                     | Indenização paga (unidade)   |

Fonte: SIGPLAN

| Programa | Projeto/Atividade        | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Valores Pagos | Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc |
|----------|--------------------------|---------------------|---------------------|---------------|---|
| 8375     | CAMPANHA DO DESARMAMENTO | 46.801,52           | 40.367,15           | 40.167,15     | 6.434,37                                |

### Considerações

Os valores acima foram utilizados para pagamento de indenizações de armas e diárias a servidores que participaram da Caravana Nacional do Desarmamento.

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, tendo servido como fundo inclusive para a Campanha de Regularização realizada em 2009.

Na primeira semana de dezembro/09, o SINARM participou da **CARAVANA NACIONAL DO DESARMAMENTO E REGULARIZAÇÃO – SINARM ITINERANTE**, visando a **interiorização dos serviços** prestados pelo SINARM para ampliar o atendimento aos cidadãos que buscam o registro de armas de uso permitido não registradas, a renovação de registros estaduais, a renovação dos registros federais vencidos ou por vencer até 31.12.09 e o recolhimento de armas mediante indenização.

As cidades escolhidas foram SANTA TERESA e COLATINA, no período de 07 a 12/12/09, e, segundo relato dos servidores que participaram, a receptividade foi muito boa, realizando o **recadastramento de 82 armas** (SANTA TERESA) e **168** (COLATINA) e somente **01 entrega voluntariamente**.

No Estado do Espírito Santo a Polícia Federal pagou 25.100,00 reais em indenizações. Foram arrecadadas 450 armas de fogo e regularizadas 9.151 armas de fogo.

A SR/ES tem como política institucional o caráter restritivo às autorizações de aquisição de armas e concessão de armas.

#### **2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo**

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos da Unidade.

**Quadro 15 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo**

|  |  |
|--|--|
| Tipo de programa                       | Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais  |
| Objetivo Geral                         | Não informado  |
| Objetivos Específicos                  | Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos |
| Gerente de Programa                    | Não informado  |
| Responsável pelo Programa              | Sérgio Barboza Menezes   |
| Indicadores para avaliação do programa | Este Programa não possui indicadores.  |
| Público-alvo (beneficiários)           | Governo  |

| <b>Código</b> | <b>Tipo<sup>3</sup></b> | <b>Descrição da Ação</b> |
|---------------|-------------------------|--------------------------|
| 2000          | A                       | Administração da Unidade |

Fonte: SIGPLAN

### 2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

**Quadro 16 - Dados Gerais da Ação 2000**

|   |   |
|---|---|
| Tipo de Ação                                    | Atividade   |
| Finalidade                                      | Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.  |
| Descrição                                       | <p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p> |
| Unidade Responsável pelas decisões estratégicas | Departamento de Polícia Federal   |
| Coordenador nacional da ação                    | Não há coordenador vinculado  |
| Unidades executoras                             | 200352 e 200353   |
| Produto (unidade de medida)                     | Não há produto para esta Ação   |

Fonte: SIGPLAN

<sup>3</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

## Considerações

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

| Programa | Projeto/Atividade        |            | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Valores Pagos | Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc |
|----------|--------------------------|------------|---------------------|---------------------|---------------|---|
| 2000     | ADMINISTRACAO DA UNIDADE | SR/FUNAPOL | 39.651,10           | 39.651,10           | 39.651,10     | 39.651,10                               |
| 2000     | ADMINISTRACAO DA UNIDADE | SR         | 6.053.867,30        | 5.833.268,86        | 5.738.030,64  | 220.598,44                              |

## Considerações

Como já é de conhecimento de todos, haja vista a divulgação nos meios de comunicação de massa, o Brasil ainda sente os efeitos da recente crise econômica mundial iniciada nos Estados Unidos da América, na qual tem afetado direta e indiretamente os países doutrinariamente denominados “em desenvolvimento”, ou seja, Estados de economias relativamente instáveis, a exemplo do Brasil.

Os reflexos da referida crise atingiram diretamente o orçamento da Administração Pública Federal, sendo fortemente sentidos no primeiro semestre de 2009.

A Polícia Federal, na qualidade de Órgão integrante da Administração Direta da União não ficou imune a tais consequências. Assim sendo, foi e tem sido relevantemente prejudicada com “cortes lineares” em seu orçamento reduzindo-o de forma significativa, no qual sofreu, em 2009, redução em mais de 100 milhões de reais.

Esse “corte” de crédito atingiu diretamente o planejamento logístico e de gastos das Superintendências regionais, às quais encerraram o exercício financeiro de 2009 com déficit substancial, atingindo, em algumas SR`s, valores superiores a 4 milhões de reais, no caso da SR/ES, mais de 500 mil reais.

Em 2009, foram realizadas diversas licitações para melhor adequar a execução de contratos e atender as exigências dos órgãos de controle, bem como implementadas repactuações para fins de redução de custos.

## 2.4 – Desempenho Operacional

### 2.4.1 – Evolução das despesas

#### 2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 17 - Despesas por Modalidade de Contratação

| UG 200352<br>Modalidade de<br>Contratação | Despesa Empenhada |              | Despesa Liquidada |              |
|---|-------------------|--------------|-------------------|--------------|
|   | Exercícios        |              |                   |              |
|   | 2008              | 2009         | 2008              | 2009         |
| <b>Licitação</b>                          |                   |              |                   |              |
| Convite                                   | -                 | 19.458,00    | -                 | 19.458,00    |
| Tomada de Preços                          |                   |              |                   |              |
| Concorrência                              |                   |              |                   |              |
| Pregão                                    | 6.019.696,68      | 4.717.614,82 | 6.019.696,68      | 4.717.614,82 |
| Concurso                                  |                   |              |                   |              |
| Consulta                                  |                   |              |                   |              |
| <b>Contratações Diretas</b>               |                   |              |                   |              |
| Dispensa                                  | 216.691,22        | 105.536,96   | 216.691,22        | 108.977,96   |
| Inexigibilidade                           | 667.814,44        | 603.768,54   | 667.814,44        | 603.768,54   |
| <b>Regime de Execução Especial</b>        |                   |              |                   |              |
| Suprimento de Fundos                      | 336.327,46        | 319.534,05   | 336.327,46        | 319.534,05   |
| <b>Pagamento de Pessoal</b>               |                   |              |                   |              |
| Pagamento em Folha <sup>1</sup>           | 0,00              | 0,00         | 0,00              | 0,00         |
| Diárias                                   | 1.447.932,16      | 1.749.595,87 | 1.447.932,16      | 1.734.812,54 |
| <b>Outros</b>                             |                   |              |                   |              |
| Não se aplica                             | 366.293,02        | 361.073,43   | 354.764,91        | 375.856,76   |

<sup>1</sup> O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

### 2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

**Quadro 18 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa**

| Grupos de Despesa                              | Despesa Empenhada   |                     | Despesa Liquidada   |                     | RP não processados |                   | Valores Pagos       |                     |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------|-------------------|---------------------|---------------------|
|  | Exercícios          |                     |                     |                     |                    |                   |                     |                     |
|  | 2008                | 2009                | 2008                | 2009                | 2008               | 2009              | 2008                | 2009                |
| <b>1 – Despesas de Pessoal</b>                 | <b>74.447,18</b>    | <b>63.587,51</b>    | <b>74.447,18</b>    | <b>63.587,51</b>    | -                  | -                 | <b>17.731,21</b>    | <b>74.447,18</b>    |
| 08 -OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS            | 11.528,11           | 45.856,30           | 11528,11            | 45.856,30           | -                  | -                 | 11.528,11           | 45.856,30           |
| 91 - SENTENCAS JUDICIAIS                       | 62.919,07           | 17.731,21           | 62.919,07           | 17.731,21           | -                  | -                 | 62.919,07           | 17.731,21           |
| <b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>          | -                   | -                   | -                   | -                   | -                  | -                 | -                   | -                   |
| -  | -                   | -                   | -                   | -                   | -                  | -                 | -                   | -                   |
| <b>3- Outras Despesas Correntes</b>            | <b>4.368.069,51</b> | <b>5.117.302,29</b> | <b>2.788.286,06</b> | <b>5.015.659,08</b> | <b>131.851,29</b>  | <b>101.643,21</b> | <b>4.089.595,32</b> | <b>4.368.069,51</b> |
| 14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL                   | 1.447.932,16        | 1.746.498,37        | 1.447.932,16        | 1.731.715,04        | -                  | 14.783,33         | 1.447.932,16        | 1.731.715,04        |
| 15 - DIARIAS - PESSOAL MILITAR                 | -                   | 3.097,50            | -                   | 3.097,50            | -                  | -                 | -                   | 3.097,50            |
| 30 - MATERIAL DE CONSUMO                       | 954.807,88          | 942.934,27          | 880.533,77          | 884.743,49          | 74.274,11          | 58.190,78         | 880.108,87          | 873.173,52          |
| 33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO        | 490.189,18          | 395.686,16          | 479.886,38          | 367.724,98          | 10.302,80          | 27.961,18         | 479.886,38          | 367.724,98          |
| 36 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 141.908,00          | 152.771,62          | 141.908,00          | 152.771,62          | -                  | -                 | 141.908,00          | 152.771,62          |
| 37- LOCACAO DE MAO-DE-OBRA                     | 1.333.232,29        | 1.876.314,37        | 1.285.957,91        | 1.875.606,45        | 47.274,38          | 707,92            | 1.281.667,91        | 1.875.606,45        |

**Quadro 19 - Evolução de Gastos Gerais**

| Descrição  | ANO                 |                     |                     |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
|  | 2007                | 2008                | 2009                |
| <b>1. PASSAGENS</b>                                      | <b>241.138,76</b>   | <b>479.886,38</b>   | <b>367.724,98</b>   |
| <b>2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS</b> | <b>2.357.246,05</b> | <b>1.447.947,48</b> | <b>1.744.037,59</b> |
| <b>3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS</b>                         |                     |                     |                     |
| <b>3.1 Publicidade</b>                                   | <b>10.202,72</b>    | <b>11.890,40</b>    | <b>11.599,17</b>    |
| <b>3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação</b>             | <b>1.134.950,07</b> | <b>1.263.900,77</b> | <b>1.287.256,09</b> |
| <b>3.3 Tecnologia da Informação</b>                      | <b>157.499,04</b>   | <b>151.763,79</b>   | <b>154.715,72</b>   |
| <b>3.4 Outras Terceirizações (apoio administrativo)</b>  | <b>-</b>            | <b>22.057,14</b>    | <b>588.350,36</b>   |
| <b>4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL</b>         |                     | <b>156.492,69</b>   | <b>319.534,05</b>   |
| <b>5. SUPRIMENTO DE FUNDOS</b>                           | <b>515.139,95</b>   | <b>179.834,77</b>   | <b>-</b>            |
| <b>TOTAIS</b>  | <b>4.416.176,59</b> | <b>3.713.773,42</b> | <b>4.473.217,96</b> |

FONTE/SIAFI – GERENCIAL E OPERACIONAL

**Considerações**

No exercício de 2007, devido ao XV Jogos Pan-americanos na cidade do Rio de Janeiro/RJ, os gastos com diárias apresentaram valores expressivos; já em 2009 a causa do aumento foi o reajuste do valor pago para diárias, Decreto 2.101/2009.

No exercício de 2008, em novembro, iniciou o contrato referente às Recepcionistas, Digitadores e Copeiras refletindo o gasto em 2009 de R\$ 588.350,36.

Devido à peculiaridade do órgão na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo das operações, onde as despesas exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução; no exercício de 2007 ainda era utilizada a modalidade de pagamento através de contas correntes: conta Tipo B; em junho de 2008, através do Decreto nº 6.370/2008, o STN encerrou as contas bancárias destinadas à movimentação de suprimentos de fundos, sendo a partir daí utilizado o Cartão de Pagamento do Governo Federal pela SR/ES.

#### 2.4.1.4 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

**Quadro 20 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa**

| Grupos de Despesa                                       | Despesa Empenhada   |                     | Despesa Liquidada |                   | RP não processados  |                     | Valores Pagos     |                   |
|---|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
|   | Exercícios          |                     |                   |                   |                     |                     |                   |                   |
|   | 2008                | 2009                | 2008              | 2009              | 2008                | 2009                | 2008              | 2009              |
| <b>4 - Investimentos</b>                                | <b>2.087.285,18</b> | <b>1.550.284,86</b> | <b>201.951,52</b> | <b>133.705,53</b> | <b>1.864.344,09</b> | <b>1.416.579,33</b> | <b>222.941,09</b> | <b>117.609,53</b> |
| 51 - OBRAS E INSTALACOES - OP.INT. ORC.                 | 104.853,07          | 74.634,90           | 41.931,75         | -                 | 41.931,75           | 74.634,90           | 62.921,32         | -                 |
| <b>52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.</b> | <b>1.982.432,11</b> | <b>1.475.649,96</b> | <b>160.019,77</b> | <b>133.705,53</b> | <b>1.822.412,34</b> | <b>1.341.944,43</b> | <b>160.019,77</b> | <b>117.609,53</b> |
| <b>5 - Inversões Financeiras</b>                        | -                   | -                   | -                 | -                 | -                   | -                   | -                 | -                 |
| -   | -                   | -                   | -                 | -                 | -                   | -                   | -                 | -                 |
| <b>6 - Amortização da Dívida</b>                        | -                   | -                   | -                 | -                 | -                   | -                   | -                 | -                 |
| -   | -                   | -                   | -                 | -                 | -                   | -                   | -                 | -                 |

FONTE: SIAFI/GERENCIAL E OPERACIONAL

#### *Considerações*

Quanto à rubrica “51”, OBRAS E INSTALAÇÕES, a SR/ES realizou obra de adequação de terreno cedido em comodato pela Cia VALE, a SR/ES, destinado à guarda de veículos apreendidos e aguardando solução do Judiciário, bem como a realização de pequena reforma na Delegacia de Polícia Federal de São Mateus para melhor adequar as instalações e climatização daquela descentralizada.

Quanto à rubrica “52”, EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE, A SR/ES foi incumbida de realizar procedimento licitatório com a finalidade de adquirir viaturas técnicas (delegacia móvel), com recursos de convênio oriundos da CGPRE/DF, objetivando adquirir uma viatura para cada Superintendência Regional e Delegacias na qualidade de UG, totalizando 31 (trinta e uma).

#### **Alterações significativas ocorridas no exercício:**

A Concessionária FIAT foi a vencedora do certame licitatório. O contrato exigiu que todas as viaturas deveriam ser adequadas (preparadas) para fins de investigação policial, com equipamentos em seu interior.



Tendo em vista a crise financeira desencadeada em 2009, a contratada informou a esta SR/ES que concedeu férias coletivas aos seus empregados e, em consequência, teve dificuldades, ou seja, atrasou o cronograma de entrega.

Assim, solicitou prazo suplementar que foi analisado e devidamente concedido e a contratada cumpriu com suas obrigações.

**Contingenciamento no exercício:**

Tendo em vista o contingenciamento de créditos, das 31 viaturas previstas foi liberado e empenhado apenas para 16 viaturas.

**Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:**

Efeitos negativos: Não conclusão do projeto na data aprazada.

## 2.4.1.5 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

**Quadro 21 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo**

| Identificação do Programa de Governo |       |   |                   |                                |               |
|--------------------------------------|-------|---|-------------------|--------------------------------|---------------|
| Código no PPA: 0662                  |       | Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade                  |                   |                                |               |
| Dotação                              |       | Despesa Empenhada   | Despesa Liquidada | Restos a Pagar não processados | Valores Pagos |
| Inicial                              | Final |   |                   |                                |               |
| Não se Aplica <sup>1</sup>           |       | 3.222.031,74  | 1.946.621,39      | 1.275.410,35                   | 1.946.621,39  |
| Identificação do Programa de Governo |       |   |                   |                                |               |
| Código no PPA: 0750                  |       | Denominação: Apoio Administrativo                                   |                   |                                |               |
| Dotação                              |       | Despesa Empenhada   | Despesa Liquidada | Restos a Pagar não processados | Valores Pagos |
| Inicial                              | Final |   |                   |                                |               |
| Não se Aplica <sup>1</sup>           |       | 6.096.252,44  | 5.875.654,00      | 220.598,44                     | 5.780.415,78  |
| Identificação do Programa de Governo |       |   |                   |                                |               |
| Código no PPA: 1353                  |       | Denominação: Modernização da Polícia Federal                        |                   |                                |               |
| Dotação                              |       | Despesa Empenhada   | Despesa Liquidada | Restos a Pagar não processados | Valores Pagos |
| Inicial                              | Final |   |                   |                                |               |
| Não se Aplica <sup>1</sup>           |       | 74.634,90   |                   | 74.634,90                      |               |
| Identificação do Programa de Governo |       |   |                   |                                |               |
| Código no PPA: 1453                  |       | Denominação: Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI |                   |                                |               |
| Dotação                              |       | Despesa Empenhada   | Despesa Liquidada | Restos a Pagar não processados | Valores Pagos |
| Inicial                              | Final |   |                   |                                |               |
| Não se Aplica <sup>1</sup>           |       | 46.801,52   | 40.367,15         | 6.434,37                       | 40.167,15     |
| Identificação do Programa de Governo |       |   |                   |                                |               |
| Código no PPA: 0089                  |       | Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União        |                   |                                |               |
| Dotação                              |       | Despesa Empenhada   | Despesa Liquidada | Restos a Pagar não processados | Valores Pagos |
| Inicial                              | Final |   |                   |                                |               |
| Não se Aplica <sup>1</sup>           |       | 51.708,43   | 51.708,43         | -                              | 51.708,43     |

FONTE: SIAFI GERENCIAL/OPERACIONAL

| Informações sobre os resultados alcançados   |  |                         |                |              |                              |                              |
|--|--|-------------------------|----------------|--------------|------------------------------|------------------------------|
| Ordem  | Indicador (Unidade medida)   | Referência <sup>2</sup> |                |              | Índice previsto no exercício | Índice atingido no exercício |
|  |  | Data                    | Índice inicial | Índice final |                              |                              |
| 1  | Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)       | 01/12/2006              | 79             | 70           | 75                           | 67,98                        |
| <b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>   |  |                         |                |              |                              |                              |
| Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal no exercício de 2009.  |  |                         |                |              |                              |                              |
| Obs.: Para o calculo do índice foram considerados os inquéritos instaurados e relatados dentro do exercício de 2009.   |  |                         |                |              |                              |                              |
| <b>Análise do Resultado Alcançado:</b>   |  |                         |                |              |                              |                              |
| <b>Destaca-se que os resultados alcançados pela SR/ES atende ao índice previsto para o período.</b>  |  |                         |                |              |                              |                              |
| Ordem  | Indicador (Unidade medida)   | Referência              |                |              | Índice previsto no exercício | Índice atingido no exercício |
|  |  | Data                    | Índice inicial | Índice final |                              |                              |
| 2  | Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM) | 31/12/2006              | 63,6           | 80           | 70                           | 146%                         |
| <b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>   |  |                         |                |              |                              |                              |
| Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados, no exercício de 2009. |  |                         |                |              |                              |                              |
| <b>Análise do Resultado Alcançado:</b>   |  |                         |                |              |                              |                              |
| No índice de conclusão de IPL's a SR/ES teve desempenho acima da média.  |  |                         |                |              |                              |                              |

Fonte: SIGPLAN e SISCART

<sup>1</sup> As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

<sup>2</sup> A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.

Com relação ao Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal, não há indicadores a serem avaliados.

## 2.4.1.6 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

**Quadro 22 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade**

| Função                 | Subfunção                             | Programa | Ação | Tipo <sup>1</sup> | Prio <sup>2</sup> | Unidade Medida      | Meta Física <sup>3</sup> |       |           | Meta Financeira |              |           |
|------------------------|---------------------------------------|----------|------|-------------------|-------------------|---------------------|--------------------------|-------|-----------|-----------------|--------------|-----------|
|                        |                                       |          |      |                   |                   |                     | Prev.                    | Real. | Para 2010 | Prev.           | Real         | Para 2010 |
| 06 – Segurança Pública | 122- Administração Geral              | 0750     | 2000 | A                 | 3                 | NÃO HÁ              | NA                       | NA    | NA        | NA              | 5.872.919,96 | NA        |
| 06 – Segurança Pública | 422- Direitos Individuais e coletivos | 1453     | 8375 | A                 | 3                 | Indenização Paga    | NA                       | NA    | NA        | NA              | 40.367,15    | NA        |
| 06Segurança Pública    | 125- Normatização e Fiscalização      | 662      | 2679 | A                 | 3                 | Documento Emitido   | NA                       | NA    | NA        | NA              | 104.138,00   | NA        |
| 06 – Segurança Pública | 128-Formação de Recursos Humanos      | 0662     | 4572 | A                 | 3                 | Servidor Capacitado | NA                       | NA    | NA        | NA              | 3.441,00     | NA        |
| 06 – Segurança Pública | 181-Policimento                       | 0662     | 2726 | A                 | 3                 | Operação realizada  | NA                       | NA    | NA        | NA              | 1.559.159,44 | NA        |
| 06 – Segurança Pública | 181-Policimento                       | 1353     | 8980 | A                 | 3                 | % Exec. Física      | NA                       | NA    | NA        | NA              | -            | NA        |
| 06 – Segurança Pública | 183-Informação e Eficiência           | 0662     | 2720 | A                 | 3                 | Ação realizada      | NA                       | NA    | NA        | NA              | 279.882,95   | NA        |

FONTE: SIAFI GERENCIAL /OPERACIONAL

<sup>1</sup> Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

<sup>2</sup> Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento, 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

<sup>3</sup> O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

### Considerações

O campo meta financeira foi preenchido com base nos valores liquidados por ação.

As considerações acerca das Funções, subfunções e programas e ações de governo foram comentadas detalhadamente no tópico 2.3.1 – Programas e ações.

#### **2.4.2 – Indicadores de desempenho**

O DPF contratou assessoria técnica para promoção de indicadores de desempenho, a fim de viabilizar um sistema que possibilite a aferição de metas.

#### **2.4.3 – Análise do desempenho**

Conquanto não se tenha até o momento ferramentas para aferir indicadores de desempenho, percebe-se que o desempenho nesta regional tem sido satisfatório.

### 3 - Recursos Humanos

**Quadro 23 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009**

| Composição do Quadro de Recursos Humanos<br>Situação apurada em 31/12/2009 |                 |                    |  |
|--|-----------------|--------------------|--|
| Regime do Ocupante do Cargo  | Lotação Efetiva | Lotação Autorizada | Lotação Ideal                            |
| <b>Estatutários</b>  | Σ               | Σ                  | <b>Não há<br/>informação<sup>1</sup></b> |
| Próprios Policiais   | 262             | 287                |  |
| Próprios Administrativos   | 50              | 39                 |  |
| Requisitados   | -               | -                  |  |
| <b>Celetistas</b>  |                 |                    |  |
| <b>Cargos de livre provimento</b>  | Σ               | Σ                  |  |
| Estatutários   | -               | -                  |  |
| Não Estatutários   | -               | -                  |  |
| <b>Terceirizados</b>   | 39              | -                  |  |
| <b>Total</b>   | 351             | 326                |  |

Fonte: SIAPE/SRH

<sup>1</sup> - O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

**Quadro 24 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009**

| QUADRO PRÓPRIO   |      |                               |              |               |            |              |
|--|------|-------------------------------|--------------|---------------|------------|--------------|
| TIPOLOGIA  | Qtd. | Vencimentos e vantagens fixas | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações |
| <b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>                         |      |                               |              |               |            |              |
| 2007   | 343  | 33.726.915,28                 |              | 1.291.557,12  | 72.914,67  | 558.751,24   |
| 2008   | 343  | 40.473.652,66                 |              | 1.147.497,19  | 85.941,68  | 554.780,72   |
| 2009   | 322  | 47.127.070,03                 | -----        | 1.000.571,93  | 122.172,22 | 502.268,70   |
| <b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)</b>                           |      |                               |              |               |            |              |
| 2007   |      |                               |              |               |            |              |
| 2008   |      |                               |              |               |            |              |
| 2009   |      |                               |              |               |            |              |
| <b>Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)</b> |      |                               |              |               |            |              |
| 2007   |      |                               |              |               |            |              |
| 2008   |      |                               |              |               |            |              |
| 2009   |      |                               |              |               |            |              |

| <b>Requisitados com ônus para a UJ</b> |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|
| 2007                                   |  |  |  |  |  |  |
| 2008                                   |  |  |  |  |  |  |
| 2009                                   |  |  |  |  |  |  |
| <b>Requisitados sem ônus para a UJ</b> |  |  |  |  |  |  |
| 2007                                   |  |  |  |  |  |  |
| 2008                                   |  |  |  |  |  |  |
| 2009                                   |  |  |  |  |  |  |

Fonte: SIAPE/SRH

| <b>QUADRO TERCEIRIZADO</b> |                                 |              |                             |              |                               |              |                    |              |
|----------------------------|---------------------------------|--------------|-----------------------------|--------------|-------------------------------|--------------|--------------------|--------------|
| <b>Finalidade</b>          | <b>Conservação e Vigilância</b> |              | <b>Apoio Administrativo</b> |              | <b>Atividades de Área-fim</b> |              | <b>Estagiários</b> |              |
|                            | <b>Qtd.</b>                     | <b>Custo</b> | <b>Qtd.</b>                 | <b>Custo</b> | <b>Qtd.</b>                   | <b>Custo</b> | <b>Qtd.</b>        | <b>Custo</b> |
| 2007                       | 66                              | 1.614.631,95 | -                           | -            |                               |              | -                  | -            |
| 2008                       | 71                              | 1.790.016,76 | 33                          | 69.321,52    |                               |              | -                  | -            |
| 2009                       | 68                              | 2.093.468,34 | 39                          | 628.337,20   |                               |              | 16                 | 44.968,08    |

Fonte: SELOG

OBS1: O contrato referente às Recepcionistas, Digitadores e Copeiras iniciou em novembro de 2008;

OBS2: O contrato referente aos Estagiários iniciou em julho de 2009.

De acordo com o Mapa de Lotação, produzido pelo SRH/SR/DPF/ES, verifica-se a carência de Escrivães e Agentes, profissionais imprescindíveis à execução da competência de polícia judiciária, envolvendo os serviços cartorários, além de identificação criminal e perícia datiloscópica, cujas lotações neste Estado, em especial de Escrivães, são precárias, uma vez que cada Delegado de Polícia Federal pode ter sob sua responsabilidade 02 cargas, mas é humanamente impossível 01 Escrivão responsabilizar-se pelas mesmas duas, sendo sensata a atribuição de 02 EPF's para cada DPF, no caso, e não há sequer correspondência numérica entre eles.

No tocante ao Plano Especial de Cargos, percebe-se nitidamente a disparidade gritante de lotação nas Delegacias Descentralizadas. O problema atinge níveis críticos no edifício sede, vez que temos 50 servidores do PEC (Assistente Social, Administrador, Técnicos em Contabilidade, Agentes Administrativos, etc.) para desenvolver as atividades meio, tais como: atendimento ao público nas áreas

de passaporte, estrangeiro, antecedentes criminais, produtos químicos, sistema nacional de armas; além de desempenharem atribuições específicas junto aos Setores (SRH, NTI, NIP, SELOG, SETEC, NO).

### ***Proposta/Sugestões***

Uma vez que a Portaria nº 463/2009 de 04.08.2009 não contempla Claros de Lotação nesta Superintendência Regional, proponho a abertura de recrutamento específico para o DEPOM/SR/ES, que tem em sua estrutura, conforme Instrução Normativa nº. 02, de 05/08/1999, págs. 8/9, publicada no Boletim de Serviço nº. 192, de 06/10/1999, a seguinte composição: ... **Artigo 9º: “O Núcleo Especial de Polícia Marítima terá a seguinte composição e estrutura: 01 DPF ou APF – para a função de Chefe e Substituto Eventual (APF) e 39 APF’s...”**,(grifo nosso) sendo que a lotação, hoje é composta de 09 Agentes de Polícia Federal.

### ***Considerações***

Com relação à avaliação de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, vale observar que o Departamento de Polícia Federal não possui indicadores, contudo se percebe haver a necessidade de aumentar o quadro de servidores policiais e administrativos, tendo em vista o crescente aumento da demanda das atividades da Polícia Federal e a evasão de servidores em virtude de aprovação em outros concursos, aposentadorias entre outros. Cabe ressaltar que, em razão do prazo de validade do concurso dos para admissão de servidores administrativos realizado em 2004 ter expirado, impõe-se a necessidade de realização de novo concurso público.



#### **4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos**

**– não ocorreu no período –**

## 5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009

### Quadro 25 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

| <b>Restos a Pagar Processados</b>     |                  |                   |              |                |
|---------------------------------------|------------------|-------------------|--------------|----------------|
| <b>Ano de Inscrição</b>               | <b>Inscritos</b> | <b>Cancelados</b> | <b>Pagos</b> | <b>A Pagar</b> |
| <b>2008</b>                           | 7.221,34         | -1.078,72         | 6.142,62     | -              |
| <b>2007</b>                           | -                | -                 | -            | -              |
|                                       |                  |                   |              |                |
| <b>Restos a Pagar não Processados</b> |                  |                   |              |                |
| <b>Ano de Inscrição</b>               | <b>Inscritos</b> | <b>Cancelados</b> | <b>Pagos</b> | <b>A Pagar</b> |
| <b>2008</b>                           | 2.259.693,93     | -98.885,99        | 2.160.807,94 | -              |
| <b>2007</b>                           | 514.312,10       | -150.152,66       | 364.159,44   | -              |
|                                       |                  |                   |              |                |
| <b>Observações:</b>                   |                  |                   |              |                |

Fonte: SIAFI Gerencial/OPERACIONAL

## **6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres**

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

## **7 – Previdência Complementar Patrocinada**

**- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -**

## **8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos**

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

## **9 – Renúncia Tributária**

**- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -**

## **10 – Operações de Fundo**

**- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -**

## 11 – Determinações dos Órgãos de Controle

### 11.1 – Recomendações da CGU

A Controladoria-Geral da União em 2008 considerou as contas desta Superintendência como “REGULAR COM RESSALVAS”, conforme Certificado de Auditoria nº 208247.

As recomendações propostas pela CGU em 2008 estão relacionadas abaixo com as respectivas providências adotadas.

**Quadro 26 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências**

| Nº Relatório   | Item do Relatório | Setor Responsável pela Implementação |
|--|-------------------|--------------------------------------|
| <b>208247</b>  | <b>6.1.1.</b>     | <b>Setor de Recursos Humanos</b>     |
| <b>Descrição da Recomendação:</b>  |                   |                                      |
| <p>Manter ações junto à DELP/DPF no sentido de agilizar análise e pronunciamento daquele órgão com prazo definido, dando continuidade à conclusão da recomendação da CGU:</p> <p>a) Após a comunicação da impropriedade aos interessados e a concessão do prazo legal para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório, providenciar o ressarcimento ao Erário dos valores pagos indevidamente aos servidores de matrícula. SIAPE nº 1363797 e 1481341, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990;</p> <p>b) Abster-se de atualizar o valor ou de incorporar novas parcelas da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada do artigo 62-A da Lei nº 8.112/1990, em razão do exercício, após 08.04.1998, de funções comissionadas em órgãos de quaisquer dos Poderes da União, em obediência às orientações da SRH/MP, a exemplo das contidas Ofício- Circular nº 01/SRH/MP/2006 e no Despacho no processo nº 04500.001252/2003-27."</p> |                   |                                      |
| <b>Providências adotadas:</b>  |                   |                                      |
| - Com relação a este item após análise do DELP/CRH/DPF, sobre a atualização de parcelas da VPNI dos servidores de matrículas 1363797 e 1481341, foram feitos os cálculos para conhecimento e devidas providências relativa à devolução ao erário   |                   |                                      |
| Nº Relatório   | Item do Relatório | Setor Responsável pela Implementação |
| <b>208247</b>  | <b>6.1.2.</b>     | <b>Setor de Recursos Humanos</b>     |
| <b>Descrição da Recomendação:</b>  |                   |                                      |
| <p>Reiteramos priorizar os itens 'b' e 'c' da recomendação do Relatório de Auditoria nº 189621 de 04/04/2007:</p> <p>b) Após a comunicação da impropriedade aos interessados e a concessão do prazo legal para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório, providenciar o ressarcimento ao Erário dos valores pagos dos valores de adicional noturno pagos no período de férias dos servidores de matrícula SIAPE nº 1410976, 0177014, 1343039 e 0177058, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990c) Considerando a prescrição quinquenal, verificar a ocorrência dessa impropriedade nos exercícios de 2002 a 2006, adotando o mesmo procedimento descrito no item anterior para os casos identificados;"</p> <p>c) Considerando a prescrição quinquenal, verificar a ocorrência dessa impropriedade nos exercícios de 2002 a 2006, adotando o mesmo procedimento descrito no item anterior para os casos identificados;"</p>       |                   |                                      |
| <b>Providências adotadas:</b>  |                   |                                      |
| Após ciência aos servidores matrículas 1410976, 0177058, 0177014 e 1343039, foram efetuados os devidos descontos.  |                   |                                      |



| <b>Nº Relatório</b>   | <b>Item do Relatório</b> | <b>Setor Responsável pela Implementação</b> |
|---|--------------------------|---|
| <b>208247</b>   | <b>6.1.3.</b>            | <b>Setor de Recursos Humanos</b>            |
| <b>Descrição da Recomendação:</b>   |                          |   |
| <p>Reiteramos a recomendação do Relatório de Auditoria nº 189621 de 04/04/2007:</p> <p>a) Após a comunicação da impropriedade aos interessados e a concessão do prazo legal para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório, providenciar a correção do pagamento do adicional por tempo de serviço aos servidores de matr. SIAPE nº 1343217, 1298335 e 1439680 no sistema SIAPE, bem como providenciar o ressarcimento ao Erário dos valores pagos indevidamente nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990;</p> <p>Manter ações junto à DELP/DPF no sentido de agilizar análise e pronunciamento daquele órgão com prazo definido, dando entendimento conclusivo sobre a seguinte recomendação da CGU:</p> <p>c) Em obediência aos artigos 62, 102 e 103 da Lei nº 8.112/1990, à orientação da SRH/MP contida no Ofício nº 08/2001 - COGLE/SRH/MP e à jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo da Decisão TCU nº 478/1994 - Plenário, abster-se de conceder adicional por tempo de serviço:</p> <p>c1) a servidores que ingressaram (ou reingressaram) no Serviço Público Federal após a extinção dessa vantagem, em 08.03.1999, em decorrência de exoneração do cargo anteriormente ocupado ou de adesão a Programa de Demissão Voluntária - PDV; e c2) a servidores que averbaram tempos de serviço estadual ou municipal na vigência da Lei nº 8.112/1990.</p> |                          |   |
| <b>Providências adotadas:</b>   |                          |   |
| Conforme nota técnica nº 114/2010/CGOES/DENOP/SRH/MP.   |                          |   |
| <b>Nº Relatório</b>   | <b>Item do Relatório</b> | <b>Setor Responsável pela Implementação</b> |
| <b>208247</b>   | <b>6.1.4.</b>            | <b>Setor de Recursos Humanos</b>            |
| <b>Descrição da Recomendação:</b>   |                          |   |
| <p>"a)Após a comunicação da impropriedade aos interessados e a concessão do prazo legal para que eles exerçam seus direitos à ampla-defesa e ao contraditório, providenciar as correções dos valores das rubricas SIAPE nº 00330 - V.P.TRANSITORIA ART.2 MP1573-7 e nº 00854 - RESIDUOS ATS-EX-LBA - OC 32/97 nas fichas financeiras dos servidores de matrícula SIAPE nº 0186588 e nº 0751618, respectivamente, bem como providenciar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990."</p>   |                          |   |
| <b>Providências adotadas:</b>   |                          |   |
| Com relação a este item após ciência aos servidores matrículas 0751618 e 0166588, foram efetuados os devidos descontos.   |                          |   |
| <b>Nº Relatório</b>   | <b>Item do Relatório</b> | <b>Setor Responsável pela Implementação</b> |
| <b>208247</b>   | <b>6.1.5.</b>            | <b>Setor de Recursos Humanos</b>            |
| <b>Descrição da Recomendação:</b>   |                          |   |
| <p>Manter ações junto à DELP/DPF no sentido de agilizar análise e pronunciamento daquele órgão com prazo definido, dando continuidade à conclusão da recomendação da CGU:</p> <p>"Após a comunicação da impropriedade aos interessados e a concessão do prazo legal para que eles exerçam seus direitos à ampla-defesa e ao contraditório, providenciar a correção do pagamento da Parcela Complementar de Subsídio, prevista no artigo 11, § 1º, da Lei nº 11.358/2006, aos servidores de matrícula SIAPE nº 1363797 e 1481341, bem como providenciar o ressarcimento ao Erário dos valores pagos indevidamente nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990."</p>   |                          |   |
| <b>Providências adotadas:</b>   |                          |   |
| Com relação a este item após análise do DELP/CRH/DPF, sobre a parcela complementar de subsídio dos servidores mat. 1363797 e 1481341, foram feitos os cálculos de reposição ao erário e encaminhados aos setores de Recursos Humanos a Bahia e Brasília respectivamente, para   |                          |   |

|  |                          |   |
|--|--------------------------|---|
| providenciar o ressarcimento.  |                          |   |
| <b>Nº Relatório</b>  | <b>Item do Relatório</b> | <b>Setor Responsável pela Implementação</b> |
| 208247   | 6.1.6.                   | Setor de Recursos Humanos                   |
| <b>Descrição da Recomendação:</b>  |                          |   |
| Manter ações junto à Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça no sentido de agilizar análise e pronunciamento daquele órgão com prazo definido, dando continuidade à conclusão da recomendação da CGU:  |                          |   |
| "a) Após a comunicação da impropriedade aos interessados e a concessão do prazo legal para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório, providenciar a exclusão do pagamento do abono de permanência aos servidores de matrícula SIAPE nº 0177685, 0177200, 0174781, 0176018, 0177199, 0183833, 0183634, 0177197, 0177017 e 0178481, bem como providenciar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990." |                          |   |
| <b>Providências adotadas:</b>  |                          |   |
| Conforme nota AGU/JD-2/2008 e despacho Consultor Geral da União nº 361/2008  |                          |   |

### 11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo recebeu determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União, conforme detalhado no quadro abaixo.

#### Quadro 27 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

| Unidade Jurisdicionada  |                    |  |         |       |                      |
|---|--------------------|--|---------|-------|----------------------|
| Denominação completa:   |                    |  |         |       | Código SIORG         |
| Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Espírito Santo  |                    |  |         |       |                      |
| Deliberações do TCU   |                    |  |         |       |                      |
| Deliberações expedidas pelo TCU   |                    |  |         |       |                      |
| Ordem   | Processo           | Acórdão                                | Item    | Tipo  | Comunicação Expedida |
| 1   | TC-0020.212/2007-7 | ACÓRDÃO Nº 1498/2009 - TCU - 1ª Câmara | 1.5.1.1 | DE/RE |                      |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação   |                    |  |         |       | Código SIORG         |
| Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Espírito Santo  |                    |  |         |       |                      |
| Descrição da Deliberação:   |                    |  |         |       |                      |
| Efetue o recadastramento anual de aposentados e pensionistas vinculados a esta unidade, na forma prevista no Decreto n. 2.251/1997; |                    |  |         |       |                      |
| Providências Adotadas   |                    |  |         |       |                      |
| Setor responsável pela implementação  |                    |  |         |       | Código SIORG         |
| Setor de Recursos Humanos   |                    |  |         |       |                      |
| Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:   |                    |  |         |       |                      |
| O Setor responsável está efetuando o cadastramento conforme determinado.  |                    |  |         |       |                      |
| Síntese dos resultados obtidos  |                    |  |         |       |                      |
|   |                    |  |         |       |                      |

| <b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>  |                    |  |                         |             |                             |
|---|--------------------|--|-------------------------|-------------|-----------------------------|
|   |                    |  |                         |             |                             |
| <b>Ordem</b>  | <b>Processo</b>    | <b>Acórdão</b>                         | <b>Item</b>             | <b>Tipo</b> | <b>Comunicação Expedida</b> |
| 2   | TC-0020.212/2007-7 | ACÓRDÃO Nº 1498/2009 - TCU - 1ª Câmara | 1.5.4.1<br>a<br>1.5.4.5 | DE/R<br>E   |                             |
| <b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>  |                    |  |                         |             | <b>Código SIORG</b>         |
| Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Espírito Santo  |                    |  |                         |             |                             |
| <b>Descrição da Deliberação:</b>  |                    |  |                         |             |                             |
| Reiteram os itens 6.1.1.1 a 6.1.1.5 do relatório da Controladoria Geral da União, já respondidos no quadro 26.  |                    |  |                         |             |                             |
| <b>Providências Adotadas</b>  |                    |  |                         |             |                             |
| <b>Setor responsável pela implementação</b>   |                    |  |                         |             | <b>Código SIORG</b>         |
| Setor de Recursos Humanos   |                    |  |                         |             |                             |
| <b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>  |                    |  |                         |             |                             |
| Reiteram os itens 6.1.1.1 a 6.1.1.5 do relatório da Controladoria Geral da União, já respondidos no quadro 26   |                    |  |                         |             |                             |
| <b>Síntese dos resultados obtidos</b>   |                    |  |                         |             |                             |
|   |                    |  |                         |             |                             |
| <b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>  |                    |  |                         |             |                             |
|   |                    |  |                         |             |                             |
| 3   | TC-0020.212/2007-7 | ACÓRDÃO Nº 1498/2009 - TCU - 1ª Câmara | 1.5.1.2<br>a<br>1.5.1.3 | DE/RE       |                             |
| <b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>  |                    |  |                         |             | <b>Código SIORG</b>         |
| Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Espírito Santo  |                    |  |                         |             |                             |
| <b>Descrição da Deliberação:</b>  |                    |  |                         |             |                             |
| 1.5.1.2 – Utilize o sistema de Registro de Preços nos casos cabíveis, em atendimento o Decreto 2.251/1997;  |                    |  |                         |             |                             |
| 1.5.1.3 – Providencie o registro de preços nos casos cabíveis, em atendimento ao Decreto n. 3.931/2001, apresentando justificativas pertinentes quando não vier a empregá-lo. |                    |  |                         |             |                             |
| <b>Providências Adotadas</b>  |                    |  |                         |             |                             |
| <b>Setor responsável pela implementação</b>   |                    |  |                         |             | <b>Código SIORG</b>         |
| Setor de Logística  |                    |  |                         |             |                             |
| <b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>  |                    |  |                         |             |                             |
| O setor responsável está cumprindo as referidas determinações.  |                    |  |                         |             |                             |
| <b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>  |                    |  |                         |             |                             |



## **12 - Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009**

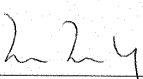
– não se aplica –

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.



### 13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios

Quadro 28- Declaração do Responsável pela Área de Contratos

| DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS   |   |                           |                     |
|--|---|---------------------------|---------------------|
| DECLARAÇÃO   |   |                           |                     |
| <b>Denominação completa (UJ):</b>  |   | <b>Código das UGs:</b>    |                     |
| Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo   |   | 200352 e 200353           |                     |
| <p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> |   |                           |                     |
| <b>Local</b>   | Vila Velha, Espírito Santo  | <b>Data</b>               | 29 de março de 2010 |
| <b>Responsável</b>   | DEUSVALDO RESPANDE DE CARVALHO<br> | <b>Matrícula SIAPE nº</b> | 1.171.098           |



## **14 - Outras Considerações**



## 15 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL  
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

| DECLARAÇÃO DO CONTADOR   |                            |
|--|----------------------------|
| DECLARAÇÃO COM RESSALVA  |                            |
| <b>Denominação completa (UJ):</b>  | <b>Código da UG:</b>       |
| SUPERINTENDENCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL - ES  | 200352 - 200353            |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li><li>- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</li><li>- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li></ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> |                            |
| <b>Local: Brasília/DF</b>  | <b>Data: 18/02/2010</b>    |
| <b>Contador Responsável:</b><br>GLADSTON GUIMARÃES NAVES   | <b>CRC n° DF-12534/O-8</b> |



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

DATA: 11/03/10

HORA: 17:36:53

USUARIO: FREIRE

PAGINA: 1

MENSAGEM: 2010/0284942 DA EMISSORA 200240 SETORIAL DE CONTABILIDADE/DPF  
EM 11/03/10 AS 16:36: POR GLADSTON GUIMARAES NAVES

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

SENHOR ORDENADOR DE DESPESA,

1. INFORMO A VOSSA SENHORIA QUE FOI ENCAMINHADA EM FEVEREIRO DE 2010 A DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA SUA UNIDADE GESTORA.
2. A DECLARAÇÃO FOI EMITIDA EM CONSONÂNCIA COM A PORTARIA TCU Nº 389/2009 E DEVE SUBSIDIAR O PREENCHIMENTO DE DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO, CONFORME ORIENTA A REFERIDA PORTARIA.
3. NA DECLARAÇÃO ENVIADA NÃO FOI MENCIONADO O PERÍODO A QUE SE REFERE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS SOB ANÁLISE.
4. DESSA FORMA, INFORMO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS MENCIONADOS NA DECLARAÇÃO REFEREM-SE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009, DEVENDO, PORTANTO, SER ESTA MENSAGEM ANEXADA A REFERIDA DECLARAÇÃO PARA COMPLEMENTAR A INFORMAÇÃO.

RESPEITOSAMENTE,  
GLADSTON GUIMARAES NAVES  
CONTADOR RESPONSÁVEL  
CRC Nº DF-12534/O-8